

O nascimento de uma teoria psicológica no processo revolucionário russo: os princípios marxistas da Teoria Histórico-Cultural de L. S. Vigotski

The birth of a psychological theory in the Russian revolutionary process: the Marxist principles of L. S. Vygotsky's Cultural-Historical Theory

Fabício Santos Dias de Abreu
Patrícia Lima Martins Pederiva
Universidade de Brasília (UNB)
Brasília-Brasil

Resumo

Neste artigo demonstramos, por meio de pesquisa bibliográfica, que os princípios ideológicos que embasaram a Revolução Socialista Russa de 1917 impulsionaram a produção científica de L. S. Vigotski e, conseqüentemente, a emergência de uma ciência psicológica de base marxista, que recebeu a alcunha de Teoria Histórico-Cultural. Atrelado aos ideais revolucionários, coube a Vigotski estabelecer as bases de uma psicologia geral capaz de explicar a gênese social da atividade consciente a partir do materialismo histórico-dialético. Partiu do marxismo a premissa, assumida nos estudos de Vigotski, da centralidade da categoria do trabalho social para explicar as bases da constituição do ser enquanto humano. O trabalho social impulsionou o uso de ferramentas e signos e fez com que os sujeitos se libertassem do reino das determinações puramente orgânicas possibilitando a emergência das funções psicológicas superiores.

Palavras-chave: Teoria Histórico-Cultural; Marxismo; L. S. Vigotski.

Abstract

In this article we demonstrate that the ideological principles that underpinned the Russian Socialist Revolution of 1917 boosted the scientific production of L. S. Vygotsky and, consequently, the emergence of a Marxist-based psychological science, which received the nickname of Historical-Cultural Theory. Linked to revolutionary ideals, it was up to Vygotsky to establish the foundations of a general psychology capable of explaining the social genesis of conscious activity based on historical-dialectical materialism. From Marxism, the premise, assumed in Vygotsky's studies, of the centrality of the category of social work to explain the bases of the constitution of the being as a human, started from Marxism. Social work boosted the use of tools and signs and made subjects free themselves from the realm of purely organic determinations, enabling the emergence of higher psychological functions.

Keywords: Historical-Cultural Theory; Marxism; L.S. Vygotsky.

Introdução

Ao optar por analisar as contribuições teóricas de um autor, torna-se necessário entender o seu pensamento a partir do contexto em que foi gestado, visando assim mapear as influências históricas, epistemológicas e políticas que o constitui. Por isso, ao trazer Lev Semionovich Vigotski^I (1896-1934) como principal referência desse trabalho, assume-se como imprescindível marcar que a sua trajetória intelectual, e os pressupostos da Teoria Histórico-Cultural, encontram-se intimamente relacionados ao contexto sócio-histórico vivenciado por ele. Vigotski, apesar do curto período de existência, experienciou cenários antagônicos: o declínio da autocracia czarista russa, a ascensão do regime socialista soviético – entendido, aqui, como a maior tentativa de transformação social do século XX –, bem como a consolidação do regime totalitário stalinista. Porém, foi nos pressupostos marxistas e socialistas que guiavam o governo dos operários que encontrou inspiração e esteio para compor suas formulações.

Dessa forma, o intuito deste artigo é trazer à baila um teórico historicizado e fortemente influenciado pela conjuntura política e ideológica da Rússia após a Revolução Socialista de Outubro de 1917. Este objetivo está vinculado a um exercício de fidedignidade ao seu pensamento e de reposicionamento das apropriações equivocadas que tentam desvinculá-lo do marxismo e de uma proposta revolucionária de sociedade e de ciência psicológica. Para tanto, será feita uma leitura contextualizada, entendendo-o como pertencente a um período histórico específico e fortemente influenciado por um sistema de pensamento político que se materializa na sua obra.

Foi em um momento histórico de grande efervescência política que a Teoria Histórico-Cultural nasce e o grande projeto científico de Vigotski ganha força. Inebriada pelo ideal socialista de emancipação humana e pelas profundas transformações políticas, econômicas, sociais e científicas – advindos com a revolução –, a psicologia necessitava se reestruturar para alinhar-se a uma nova proposta metodológica e, portanto, científica.

Atrelado a esse contexto, com o objetivo de transformarem a tradicional e velha psicologia^{II} – em consonância com a consolidação do grande projeto de uma nação socialista liderada por Lênin (1870-1924) –, Vigotski, Alexander Luria (1902–1977) e Alexei Leontiev (1903–1979)^{III} gravitam em torno da missão de estabelecer uma nova ciência psicológica.

Como norte assumem as concepções filosóficas marxistas que ganham força com a ascensão do inédito regime político.

Impulsionados pelos princípios do socialismo científico que guiava a construção de uma nova sociedade soviética e pela defesa de “terra para os camponeses, o pão para os famintos e a paz para o povo” (PRESTES; TUNES, 2017, p. 288), havia a necessidade “de uma nova psicologia que fosse capaz de explicar o funcionamento mental desse novo homem” (TULESKI, 2008, p. 104). Eis, aí, o grande empreendimento da Teoria Histórico-Cultural, que se vincula efetivamente ao maior movimento revolucionário da história moderna. Neste artigo buscamos demonstrar, mediante a análise dos textos originais de Vigotski, que os princípios ideológicos que embasaram a Revolução Socialista de 1917 impulsionaram a produção científica do autor bielorrusso e, conseqüentemente, a emergência de uma ciência psicológica de base marxista.

Em busca de uma nova psicologia

No período histórico do advento e desenvolvimento da Teoria Histórico-Cultural a psicologia, enquanto ciência, ainda estava em fase de estruturação e definição de campo teórico-metodológico. Estabelecida como área do conhecimento apenas na segunda metade do século XIX, encontrava-se fortemente atrelada ao pensamento cartesiano que propunha a fragmentação de todos os fenômenos em dois grandes grupos: “os fenômenos físicos, passíveis de explicação casual; e os fenômenos psíquicos, inacessíveis e sujeitos, portanto, a descrições subjetivas” (ZANELLA, 2014, p. 54). Influenciada por esses paradigmas a psicologia, marcada por diversas orientações e tendências, dividia-se majoritariamente entre duas linhas mestras que não confluíam em métodos e princípios teóricos.

Por um lado, havia os pressupostos da psicologia materialista mecanicista, de base fisiológica-corpórea, cujo objeto centrava-se nas atividades sensoriais e reflexas, bem como na defesa de que o comportamento é resultado de respostas do ser humano ao ambiente. Considerava que a explicação para os processos psicológicos dos humanos estava apoiada nas mesmas leis que constituem a doutrina sobre a conduta dos demais animais. Em essência defendiam que “na psicologia do homem não tem nada de novo que o diferencie, de maneira radical, da psicologia do animal” (VIGOTSKI, 1987, p. 189). Por outro, a psicologia como ciência mental, inspirada na filosofia idealista, entendia que a atividade psíquica humana não poderia ser objeto de estudo da ciência objetiva, pois advinha de fenômenos espirituais, no qual a

consciência poderia ser “revelada somente na auto-observação, sendo inacessível à análise científica objetiva ou a explicações” (LURIA, 1991, p. 02). Defendia ainda que as funções psicológicas superiores são formações de natureza espiritual-metafísica “que não tem uma explicação casual e que não precisam da análise genética” (LURIA, 1991, p. 191). Esse dualismo na forma de analisar e pesquisar o desenvolvimento humano trouxe para a psicologia científica da época uma dificuldade na definição do objeto e, por conseguinte, uma incoerência nos procedimentos metodológicos. Essa crise epistêmica da ciência psicológica – que se apresentava dominante nos grandes centros europeus e americanos – também se revelava na organização desta área do conhecimento na Rússia, ainda fortemente marcada pela dicotomia cartesiana e por concepções acríticas e a-históricas sobre a consciência.

Com o advento da Revolução Socialista de 1917 e com as profundas transformações sociais lideradas pelo governo dos soviets, havia a necessidade de uma reestruturação da ciência psicológica capaz de superar a crise do dualismo, alinhando-se aos princípios da revolução, ao materialismo histórico-dialético e à compreensão materialista da consciência. Nesse sentido Vigotski (1996, p. 417) assevera: “na futura sociedade, a psicologia será, na verdade, a ciência do novo homem. Sem ela, a perspectiva do marxismo e da história da ciência seria incompleta”. O período histórico russo necessitava de uma ciência psicológica que fosse capaz de auxiliar o governo socialista na solução dos graves problemas deixados pelo czarismo (alta taxa de analfabetismo, pobreza etc.), assim como competente para explicar as peculiaridades dos indivíduos enquanto seres humanos ativos na história e partícipes da cultura (enquanto produto e produtores desta). Nesse contexto, havia, portanto, uma dupla problemática a ser elucidada na proposição de uma ciência psicológica, que deveria superar a crise epistemológica e constituir uma doutrina inspirada no marxismo.

A primeira tentativa de resposta a essa complexa questão foi liderada por Wladimir Bekhterev (1857-1927) por meio da reflexologia, que se dizia de base marxista, e tentava explicar o funcionamento psicológico humano de forma esquemática e retórica, reduzida a soma de reflexos. Acerca disso, Zanella (2014) explica que a reflexologia tinha uma visão causal e linear dos processos psicológicos humanos e entendia o sujeito enquanto reativos – em atitudes passivas de mera reação aos estímulos do meio.

Em 1923, com a consolidação do processo revolucionário, realizou-se o I Congresso Pan-Russo de Psiconeurologia em Lenigrado, no qual Konstantin Kornilov (1879-1957) – que

fora discípulo de Gueorgui Chelpanov^{IV} (1862-1936) –, em crítica à reflexologia de base mecanicista, apresenta a reactologia. Kornilov defendeu a ideia de que os estímulos poderiam ser de ordem física ou social e que, portanto, deveriam ser compreendidas como unidade para a explicação dos fenômenos psíquicos. Em 1924, por ocasião do II Congresso, o debate se acirra em busca de uma psicologia marxista alinhada ao materialismo histórico e dialético. A apresentação de um jovem de 27 anos, vindo de Gomel (província da Bielorrússia distante cerca de 600 quilômetros de Moscou), parece trazer luz para dissipar a crise da psicologia ou, ao menos, minimizar o engodo em que se encontrava.

Uma das falas de Vigotski - O método de investigação reflexológica e psicológica (VIGOTSKI, 1996) -, conforme sinaliza Zanella (2014), se opôs veementemente à reflexologia e à reactologia. O autor propôs que a verdadeira superação da crise na psicologia se daria com o entendimento de que o funcionamento psicológico humano não poderia ser reduzido a uma soma dos reflexos. A psicologia deveria entender o sujeito sustentada pela síntese dialética entre natureza e cultura, em que a partir de um aparo orgânico herdado pela filogenia há a possibilidade da gênese da consciência pelo plano ontogenético – essencialmente social. Em síntese, “Vigotski defendeu a posição segundo a qual a consciência deveria permanecer no campo da psicologia, argumentando que ela deveria ser estudada por meios objetivos” (LURIA, 2012, p. 22). Ou seja: uma psicologia que se opõe ao subjetivismo, pautada na materialidade da experiência humana, que não estuda o indivíduo idealizado, mas o concreto e histórico.

Vigotski interessava-se pela pessoa concreta, marcada pelas condições objetivas de vida no terreno da sociedade de classes. Luria (2012), ao descrever a trajetória intelectual de daquele, mostra-nos a sua defesa do autor por fundar uma ciência psicológica que tivesse como base a superação dos modelos baseados na abstração, na fragmentação e em práticas organizadas em laboratórios de observação desvinculados da materialidade do mundo real. O autor empenhava-se em fundar uma ciência que tivesse como pedra angular “os problemas centrais da existência humana, tais como são sentidos na escola, no trabalho ou na clínica” (LURIA, 2012, p. 33).

É nesse contexto de crítica, crise e tensão que Vigotski busca desenvolver uma via alternativa capaz de superar a dicotomia entre fenômenos físicos e psíquicos e de explicar as manifestações psicológicas tipicamente humanas para além das reações fisiológicas. Para

isso, o autor indaga-se: “como pode ser possível construir uma ciência sobre dois tipos de essência radicalmente diferentes?” (VIGOTSKI, 1996, p. 362).

Inspirado pela filosofia de Baruch Espinosa (1632-1677) – um de seus autores favoritos – e pela teoria política de Karl Marx (1818-1883), Vigotski propõem um caminho para solucionar a crise epistemológica da psicologia. Ele compreende, a partir de uma visão monista de eliminação da herança cartesiana de cisão entre matéria-psiquismo, corpo-mente, afeto-intelecto, natureza-cultura, que o ser humano é uma unidade dialética natureza-cultura. A noção de uma psicologia assentada nessas bases só poderia ser alcançada por meio de uma síntese teórico-metodológica que abandonasse as relações mecânicas, dualistas e simples, entendendo o indivíduo como um ser complexo e dinâmico inserido em um processo histórico e cultural.

A psicologia proposta por Vigotski e seus colaboradores foi elaborada a partir da síntese entre as duas vertentes de maior veemência naquele período: uma teoria psicológica orientada por princípios marxistas, que poderia explicar os processos psicológicos humanos e solucionar os problemas postos pela prática social. Além dessa superação, visava trazer para a área o método materialista histórico-dialético proposto por Marx. Nisso, desvelava-se a gênese da grande empreitada da Teoria Histórico-Cultural, o de elaborar O Capital da ciência psicológica. “A Psicologia precisa de seu Capital — seus conceitos de classe, base, valor etc. — com os quais possa expressar, descrever e estudar seu objeto” (VIGOTSKI, 1996, p. 393). Conforme explica Tuleski (2008), essa teria uma base explicativa única para os fenômenos humanos: “um método que orientasse e fundamentasse a análise da realidade em toda a sua complexidade, que buscasse as explicações nas relações, nos elementos de ligação e não nas partes ou particularidades isoladas” (p. 91).

Torna-se importante, porém, destacar, assim como faz Oliveira (2010) e Tuleski (2008, 2009), o sentido de síntese, princípio da teoria marxista presente na obra de Vigotski. A síntese, nesse escopo, não é entendida como a justaposição de elementos, mas como a emergência de algo anteriormente inexistente e, portanto, novo. A criação do inédito só foi possível pela interação entre os elementos antigos, em um processo de transformação que gera novos fenômenos. A nova psicologia fundada pela Teoria Histórico-Cultural não surgiu, então, do acordo entre as duas tendências, mas de rupturas e superações. Foi criada “do novo a partir e contra os elementos antigos” (TULESKI, 2008, p. 91).

No marxismo os princípios de uma ciência psicológica

Nesse ínterim, o grande intento teórico de Vigotski era fundar uma psicologia geral capaz de explicar a gênese social da atividade consciente a partir das leis históricas que a determinam. Ou seja, explicar os processos psíquicos que permitem a passagem do ser orgânico para o ser social. Inspirado pelas premissas de que o “homem é um animal social” (SPINOZA, 2015, p. 178) e a de que indivíduo é “o mais social dos animais” (ENGELS, 2013 p. 16) – e assumindo os pensamentos spinozistas e marxistas como fundante da sua teoria – o autor bielorrusso defende que as origens das formas mediadas de comportamento consciente encontram-se no âmago das relações sociais que a pessoa estabelece com o mundo exterior (historicamente determinado e culturalmente organizado). Nesse pressuposto, vale lembrar, que o indivíduo não assume um papel de mero reprodutor do ambiente, mas é também agente ativo (revolucionário) no processo de criação e inserção no meio.

Dessa forma, “o homem é um ser social e fora da relação com a sociedade jamais desenvolveria as qualidades, as características que são resultado do desenvolvimento metódico de toda a humanidade” (VIGOTSKI, 2018, p. 90). Ainda nessa linha, parece pertinente a síntese feita por Leontiev (1980) ao estabelecer que “o homem é um ser de natureza social, que tudo o que tem de humano nele provém da sua vida em sociedade, no seio da cultura criada pela humanidade” (p. 261). Por isso, a gênese da atividade consciente não deve “ser procurada nas peculiaridades da alma, nem no íntimo do organismo humano, mas nas condições sociais de vida historicamente formadas” (LURIA, 1991, p. 75), assim “a consciência é, pois, logo desde o começo, um produto social, e continuará a sê-lo enquanto existirem homens” (MARX; ENGELS, 2009, p. 44).

Para explicar as peculiaridades que tangenciam a experiência do indivíduo no mundo é necessário ir as suas fontes histórico-culturais de atividades, que de acordo com Luria (1991) se relaciona com o trabalho social, que desencadeou o emprego de instrumentos, a organização coletivo-social e o surgimento da linguagem. É importante frisar que essa divisão é apenas didática, pois essas três dimensões desenvolveram-se dialeticamente em um processo lento, gradual e de aperfeiçoamento de geração em geração. Nessa direção, sinaliza Lukács (2013) que as categorias decisivas de constituição do ser social apresentadas aqui estão imbricadas, e só é possível decompô-las por abstração do ponto de vista metodológico,

pois “nenhuma dessas categorias pode ser adequadamente compreendida se for considerada isoladamente” (p 41). Além disso, surgem “do trabalho, mas não em sucessão temporal claramente identificável e sim, quanto à sua essência, simultaneamente” (p. 44).

É no marxismo que Vigotski encontra uma das teses que explicam essas premissas. O autor traz para a psicologia o conceito de trabalho social e coloca-o como central para explicar a formação da consciência. O termo trabalho, bem corriqueiro em diálogos cotidianos, costuma designar as ações profissionais remuneradas realizadas pelas pessoas para sustento da vida material. Porém, as teorizações de Marx e Engels não o vinculam a meras categorias econômicas e apontam para uma discussão mais profunda acerca dessa temática ao estabelecerem uma distinção entre trabalho alienado e trabalho. O primeiro corresponde, conforme explica Lessa (2012), às atividades sociais assalariadas alienadas pelo capital, aquelas as quais os seres humanos se submetem em detrimento da lógica do mercado capitalista produtor de mais valia. Já o trabalho é compreendido como a categoria fundante do ser social, entendido como a atividade de transformação da natureza na qual o indivíduo “constrói, concomitantemente, a si próprio como indivíduo e a totalidade social da qual é partícipe” (LESSA, p. 26, 2013) sendo, portanto, uma atividade e não uma mercadoria.

Para aprofundar nesse conceito, recorre-se aqui a um texto clássico da teoria política escrito por Engel, em 1876, intitulado “Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem” (ENGELS, 2013). O título desse manuscrito já é bastante emblemático e consegue resumir a tese que será defendida pelo autor: aquela de que o trabalho é o elemento essencial no processo de humanização e que, por meio dessa ação intencional, os antepassados reconfiguraram a biologia da espécie, agregando a ela marcas culturais, possibilitando formas diferenciadas de operar com a percepção, imaginação, memória, afetos etc. É interessante essa defesa, que foi sintetizada muitos anos depois no trabalho de Pino (2005), de que os sujeitos herdaram um patrimônio genético com as marcas culturais daqueles que os precederam, as quais oportunizam, ao nascer, a potencialidade de ser humano, fato que só se materializa com a inserção em um contexto social. Não é pleonismo, portanto, afirmar que o indivíduo, ao despontar na vida por meio do seu nascimento biológico, humaniza-se paulatinamente ao passar a ter uma existência social, que marca o início de um desenvolvimento ontogenético.

Sobre isso, assinala Vigotski:

Aqui assistimos ao nascimento das formas especificamente humanas de comportamento, que ao se desprender das formas animais de comportamento criam no futuro o intelecto e se converterão a seguir na base do trabalho: a forma especificamente humana de utilização dos instrumentos (VYGOTSKY, 2017, p. 26-27).

Engels (2013, p. 13), em seu texto, assevera que o trabalho “é a condição básica e fundamental de toda a vida humana” e marca, em várias passagens, que a necessidade (de sobrevivência e domínio) obrigou aqueles que nos precederam a adotar outras organizações corporais que fossem capazes de uma ação mais qualificada para a modificação da natureza. Assim, traz como exemplo o salto decisivo que a espécie antecessora deu quando passou a deslocar-se de maneira ereta, o que ocasionou a liberdade das mãos para poder agir e expandir suas atuações. Ou seja, a mão livre, não mais usada apenas para o deslocamento, “podia agora adquirir cada vez mais destreza e habilidade; e essa maior flexibilidade adquirida transmitia-se por herança e aumentava de geração em geração” (ENGELS, 2013, p. 15). Esse domínio da compreensão do indivíduo sobre o seu próprio corpo, explica Lukács (2013), reverbera-se também na consciência, hábitos, instintos e afetos, pois é uma “exigência elementar do trabalho mais primitivo e deve, pois, marcar profundamente as representações que o homem faz de si mesmo, uma vez que exige, para consigo mesmo, uma relação qualitativamente diferente” (LUKÁCS, 2013, p. 129).

Dessa forma “a mão não é apenas o órgão do trabalho; é também produto dele” (ENGELS, 2013, p. 15). Por meio do trabalho e da necessidade de adaptação as novas funções requeridas pelo meio que a mão humana atingiu um grau de perfeição que permite ao trabalhador fazer e operar com ferramentas cada vez mais sofisticadas, como os pincéis nas mãos de Michelangelo ou o dedilhar dos dedos de Chopin ao piano. É importante frisar que embora Engels se dedique a mão, o faz de forma metafórica, e entende que ela não tem existência própria, mas se vincula em universalidade a um “organismo íntegro e sumamente complexo” (ENGELS, 2013, p. 16). Para Harari (2018), essas duas novas qualidades – andar ereto e liberdade das mãos – propiciou formas diferenciadas de estar na natureza, como maior agilidade na caça, arremesso de pedras e possibilidade de criar ferramentas cada vez mais sofisticadas. Na interpretação de Engels (2013, p.22), foi graças à cooperação da mão, dos órgãos da linguagem e do cérebro “não só em cada indivíduo, mas também na sociedade, que os homens foram aprendendo a executar operações cada vez mais complexas, a se propor e alcançar objetivos cada vez mais elevados”. Por sua nova organização corpórea e

com os atributos a ela relacionados, foi possível ao sujeito outra forma de intercâmbio com a natureza que “ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (ENGELS, 2013, p. 22). A história filogenética da atividade consciente do humano não se liga apenas ao domínio da natureza, mas dialeticamente ao domínio de si mesmo. “A história do trabalho e a história da linguagem dificilmente poderiam ser compreendidas uma sem a outra”. (VYGOTSKI, 2017, p. 92). O indivíduo não apenas criou os instrumentos de trabalho para agir e dominar a natureza, mas também estímulos (signos) que orientavam e regulavam seu comportamento.

O processo de humanização do ser e a sua paulatina transformação de estrutura anatômica (cérebro, sentidos, mãos, órgãos vocais etc.) ocorre sob a influência do desenvolvimento do trabalho. Em épocas anteriores ao surgimento do sujeito moderno (*homo sapiens*) o indivíduo dependia exclusivamente das determinações das leis biológicas, que ditava e limitava aquilo que o corpo era capaz. Com a inserção da atividade laboral e, portando, de uma condução regida por leis sócio-históricas, há a imposição de exigências de uma organização corporal cada vez mais qualificada e alinhada aos objetivos do trabalho. Porém, a biologia não se mostra capaz de acompanhar esse processo, que se desenrola em uma organização temporal acelerada, e para responder a essa demanda o indivíduo passa a criar instrumentos que auxiliam na execução do trabalho. Leontiev (1980, p. 41) explica que no estágio do *homo sapiens* há uma virada radical no desenvolvimento do sujeito, que se liberta da dependência exclusiva das modificações biológicas, lentas e transmitidas de forma hereditária, e passa a ser conduzida pelas prescrições sócio-históricas “que dirigem agora o desenvolvimento do homem”. Isso significa dizer que aquilo antes circunscrito pelos limites do corpo passa a ser dirigido pelo “desenvolvimento social-histórico ilimitado” (LEONTIEV, 1980, p. 42).

Defendem Marx e Engels (2009) que “são os homens que desenvolvem a sua produção material e o seu intercâmbio material que, ao mudarem essa sua realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos de seu pensamento” (p. 32). Portanto, é na atividade de produção, de transformação da natureza, mediada pelo trabalho, que os indivíduos modificam radicalmente sua realidade objetiva e, conseqüentemente, sua subjetividade e seus modos de pensar, agir e sentir etc. Assim, o ser humano é a única espécie (até então) que foi capaz de “transformar a natureza para criar seu próprio meio em função

de objetivos previamente definidos por ele e que, ao fazê-lo, transforma a ele mesmo, assumindo o controle da própria evolução” (PINO, 2005, p. 30). À medida que esse processo se desenrola, explica Leontiev (1980), marca o início de uma forma de desenvolvimento que, diferentemente dos outros animais, não está submetido exclusivamente as leis biológicas, mas majoritariamente às leis sócio-históricas.

É importante frisar que o sujeito e a cultura não estão isentos de leis biológicas ou que os princípios da hereditariedade deixem de atuar nesse contexto. Harari (2018) recorda que, mesmo operando por outra lógica, os humanos ainda são animais e suas capacidades físicas, emocionais e cognitivas continuam atreladas ao substrato orgânico. A independência que mencionamos refere-se ao comportamento, pois agora o sujeito é capaz de transmitir novas condutas às gerações futuras sem a necessidade de alteração genética e torna-se capaz de “imprimir na natureza o selo da sua vontade” (ENGELS, 2013, p. 25). Há uma subversão deliberada dos cânones naturais como, por exemplo, quando os indivíduos (por princípios religiosos ou decisões de outras ordens) optam pela não procriação ou ainda quando na defesa de seus ideais religiosos-políticos se lançam à morte.

A grande ruptura engendrada por esse salto ontológico da história natural do animal à história social da humanidade encontra-se no fato de que as atividades conscientes dos indivíduos não estão subordinadas obrigatoriamente a motivos biológicos e passam a ser “regidas por complexas necessidades, frequentemente chamadas de superiores ou intelectuais” (LURIA, 1991, p. 71). O comportamento deixa de ser guiado por impressões individuais imediatas, pois agora o sujeito é capaz de abstrair, criar, generalizar, interpretar, estabelecer conexões e fundir a sua experiência a de outrem. A produção da vida no e pelo trabalho baliza-se por uma dupla relação: “por um lado como relação natural, por outro como relação social” (MARX; ENGELS, 2009, p. 43), pois para que ocorra é necessário, aos indivíduos, formas cada vez mais complexas de sociabilidade e cooperação.

Um leão, por exemplo, apenas vai buscar um abrigo seguro contra a tempestade após ouvir os raios, sentir a velocidade dos ventos, notar os primeiros pingos a cair etc. Já o indivíduo se mune de um artefato cultural, guarda-chuva, mesmo quando o céu está límpido, pois sabe (pela sua experiência ou de outrem) que em períodos específicos do ano a incidência de chuvas é mais comum, ou ainda por ouvir do noticiário da manhã que existe possibilidades de tempestades para aquele dia. Há na experiência humana uma ruptura com

o receptivo imediato, pois os seus conhecimentos e suas habilidades são formados por meio “da assimilação da experiência de toda a humanidade, acumulada no processo da história social e transmissível no processo de aprendizagem” (LURIA, 1991, p. 73).

Na história social do gênero humano o comportamento se organiza a partir do entrelaçamento entre necessidade e os motivos biológicos e intelectuais. É importante frisar que as novas funções psicológicas da pessoa se desenvolvem no decurso da história social da humanidade e não se fixam no cérebro como uma entidade metafísica transmitida de acordo com as leis da hereditariedade. Porém, para que elas emergjam há a necessidade de uma estrutura orgânica. Em um amálgama entre hereditariedade, experiência individual e assimilação da experiência histórica de toda a humanidade, Marx e Engels (2009) asseveram que indivíduo e natureza estão em relação de complementariedade, e não são antíteses ou entes separados um do outro “como se o homem não tivesse sempre diante de si uma natureza histórica e uma história natural da qual saíram todas as “obras imperscrutavelmente elevadas” (MARX E ENGELS, 2009, p. 37-38). Para Marx, “o homem é uma parte da natureza” (2014, p. 84) e no trabalho nada pode criar sem ela, nominada pelo autor em alguns momentos de “mundo exterior sensível” (p. 81). Vem dela a matéria para que o trabalho se efetive, “na qual [o trabalhador] é ativo, [e] a partir da qual e por meio da qual [o trabalho] produz” (MARX, 2014, p. 81). Sobre essa questão Engels (2013) qualifica de “ideia absurda e antinatural de antítese entre o espírito e a matéria, o homem e a natureza, a alma e o corpo” (p. 26). Ou ainda, como diria Lukács (2013), há um “ininterrupto afastamento da barreira natural, mas jamais a sua supressão completa” (p. 130), pois o sujeito, entendido como o “motor de suas transformações” (p. 130), permanece como uma criatura natural e sua consciência, “apesar de todas as decisivas mudanças de função no plano ontológico, está indissociavelmente ligada ao processo de reprodução biológica do seu corpo” (p. 130).

Assim, o domínio sobre a natureza, iniciada com o desenvolvimento-aperfeiçoamento das mãos no, e pelo trabalho, alargou os horizontes dos sujeitos retirando-os do reino das determinações puramente biológicas e gerou novas necessidades, como a comunicação e a sociabilidade, por exemplo. Engels (2013, p. 18) considera que o trabalho e, depois dele e com ele, a palavra articulada foram os dois estímulos fundamentais “sob cuja influência o cérebro do macaco foi se transformando gradualmente em cérebro humano” – chamado por Vigotski (1987, p.204) como o “órgão da consciência humana”.

Signos e instrumentos

Ao atuarem guiados por um funcionamento psicológico radicalmente distinto os sujeitos passaram a operar com signos (dimensão simbólico) e instrumentos (dimensão técnica) para mediar sua relação com a realidade, sendo esses “os dois meios de produção da cultura” (PINO, 2005, p 90). Por não se adaptarem à natureza, modificam-na a partir das suas exigências, “criam objetos que satisfaçam as suas necessidades e os meios para a produção desses objetos” (LEONTIEV, 1980, p. 44) que conduzem o ser ao humano. É interessante notar que ambos são produtos da ação humana e atuam como mediadores sobre a natureza e sobre as pessoas. “O trabalho começa com a elaboração de instrumentos” (ENGELS, 2013, p. 20), e são meios físicos projetados para fins específicos, que por estarem entre o trabalhador e o objetivo do seu trabalho, possibilitam um alargamento e um refinamento nas possibilidades de ação sobre a natureza. A vara, por exemplo, viabiliza que o sujeito acesse locais onde a mão humana não alcança, ou seja, expandem o corpo físico e seu uso é perpetuado e aperfeiçoado entre as gerações. Nessa linha, Marx (2013, p. 33) coloca que o instrumento é o “órgão de sua atividade, um órgão que ele acrescenta a seus próprios órgãos corporais, prolongando sua figura natural”.

Luria (1991) explica que o ato de preparação do instrumento já mudava a atividade do humano, colocando-o em situação diametralmente oposta à dos outros animais. O trabalho desempenhado nessa ação já não é mais controlado por motivos exclusivamente biológicos, como a necessidade de alimentação, por exemplo, mas por objetivos conscientes/planejados. A necessidade atua como guia, porém a preparação necessita de sentido para se concretizar e esse só é possível com o uso posterior do instrumento. Ou seja, “exige, juntamente com o conhecimento da operação a ser executada, o conhecimento do futuro emprego do instrumento” (LURIA, 1991, p. 76). Se a atividade dos demais animais orienta-se pelo campo perceptível imediato a do humano, em contrapartida, tem projeção de futuro e objetivo de perpetuação para usos posteriores.

Ao manusear os instrumentos há uma reorganização corporal. Por exemplo, “a mão passa a fazer parte do sistema social-histórico das operações encarnadas no dito instrumento e submete-se a elas” (LEONTIEV, 1980, p. 49), pois o sujeito, ao assimilar os instrumentos, reestrutura e refina os seus movimentos naturais possibilitando a formação de novas

capacidades motoras. “O homem, ao apoderar-se dos instrumentos, assimila as operações motoras a eles ligadas” (LEONTIEV, 1980, p. 50), percebe não apenas o objeto, mas funções motoras associadas ao seu uso. O instrumento transmite os traços da criação humana – não se trata apenas de um objeto físico para a ação sobre a natureza é, antes de mais nada, um objeto social, que encarnou a história do trabalho.

Já a invenção e o uso do signo possibilitam aos indivíduos operarem por meio de mecanismos mentais que viabilizam a solução de problemas psicológicos (lembrar, relatar, criar etc.), orientando, portanto, a ação de forma intrapsicológica que caminha para o domínio consciente de si. Vigotski, por diversas vezes, os denominam de instrumentos psicológicos, em analogia à função dos instrumentos técnicos, pois “o signo age como um instrumento da atividade psicológica de maneira análoga ao papel do instrumento de trabalho” (VYGOTSKY, 2007, p. 52). Em síntese: se esse tem sua ação materializada externamente, aquele, por sua vez, age internamente, como mecanismos de regulação das ações psicológicas.

Percebe-se, portanto, que a utilização da linguagem, signo por excelência, é outra dimensão que leva à formação da estrutura complexa do indivíduo, sendo “um sistema de códigos por meio dos quais são designados os objetos do mundo exterior, suas ações, qualidades, relações entre eles e etc.” (LURIA, 1991, p. 78). A nova forma de sociabilidade engendrada pelo trabalho impôs aos sujeitos a necessidade de se comunicar e a “necessidade criou o órgão” (ENGELS, 2013, p. 17) - o que fez com que a laringe se transformasse até atingir o grau para a materialização do som articulado. Dessa forma, Marx e Engels (2009) asseveram que a linguagem é tão antiga quanto a consciência e definem que “a linguagem só nasce, como a consciência, da necessidade (bedurfnis), da necessidade orgânica (Notdurft), do intercâmbio entre os homens” (MARX E ENGELS, 2009, p. 44). A partir do exposto é possível dizer que no comportamento do humano a utilização de instrumentos e as formas simbólicas de atividade “não constituem duas cadeias paralelas de reações, formam uma completa unidade psicológica, em que a atividade simbólica está orientada até a organização de operações práticas” (VYGOTSKI, 2017, p. 31). No humano, portanto, surge uma “complicada relação funcional” (VYGOTSKI, 2017, p. 31) entre a linguagem, sistema simbólico por excelência, e o emprego de instrumentos no entrever da história individual e a história social.

Desse modo, o surgimento da linguagem só pode ser compreendido no seu entrelaçamento ao trabalho social, pois “primeiro o trabalho e, depois dele e com ele, a palavra articulada foram os dois estímulos principais sob sua influência o cérebro do macaco foi se transformando gradualmente em cérebro humano” (ENGELS, 2013, p.18). Suas raízes encontram-se na exigência de comunicação nas relações sociais de trabalho, pois havia a necessidade de transmitir aos parceiros de atividade informações, designar objetos, entre outros. Na ação laboral os indivíduos entram efetivamente em relação comunicativa, que se converte em linguagem. O que outrora era imagem mental passa a ser denominado e nomeado por palavras conferindo ao humano uma nova forma de organização psicológica e social, balizada pela mediação semiótica. A comunicação organiza-se a partir da “compreensão racional e na intenção de transmitir ideias e vivências, exige necessariamente um sistema de meios cujo protótipo foi, e continuará sendo a linguagem humana, que surgiu da necessidade de comunicação no processo de trabalho” (VIGOTSKI, 2009, p. 11).

É por meio da linguagem que a comunicação se efetiva e a existência simbólica materializa-se, possibilitando a transmissão da informação, a assimilação da experiência de outrem etc. Essa nova operação engendra no humano três mudanças essenciais (LURIA, 1991): a) viabiliza descrever objetos, dirigir a atenção a eles e conservá-lo na memória – o que possibilita operar com eles mesmo quando ausentes, duplicando o mundo (real e imagem mental); b) as palavras não apenas indicam coisas, mas permitem generalizações e abstrações e faz, dentre outras coisas, “o grandioso trabalho de análise e classificação dos objetos” (LURIA, 1991, p. 81), que possibilita ser mais do que meio de comunicação, mas também “o veículo mais importante do pensamento, que assegura a transição do sensorial ao racional na representação do mundo” (LURIA, 1991, p. 81); e, por fim, c) a linguagem é o meio mais eficaz de transmissão de informação e permite aos sujeitos acessarem o saber historicamente estruturado e acumulado pela prática social. Ao assimilar a experiência da humanidade torna-se possível “dominar um ciclo imensurável de conhecimentos, habilidades e modos de comportamento, que em hipótese alguma poderiam ser resultado de atividade independente de um indivíduo isolado” (LURIA, 1991, p. 81).

Alicerçado no conteúdo exposto até o momento pode-se afirmar que o trabalho social é, por excelência, uma atividade criadora subordinada a vontade do sujeito que a realiza, pois os indivíduos são os “únicos seres do planeta que possuem a faculdade de criar” (LEONTIEV,

1980, p. 47). Petrovsky (2017), na mesma linha, coloca que “uma das diferenças essenciais entre o trabalho humano e a atividade instintiva animal é a representação do resultado esperado por meio da fantasia. Todo processo laboral implica necessariamente a imaginação” (p. 181). A imaginação, portanto, orienta o sujeito na execução da atividade por meio da criação de “um modelo psíquico do produto final” (PETROVSKY, 2017, p. 182).

Essa ação inclinada a um fim específico possibilitou a emergência da consciência e forja a existência do humano dentro de um plano simbólico, ou seja, não mais colada ao campo perceptivo imediato-concreto, já que o sujeito “antes de executar a construção, projeta-a em seu cérebro e, no final do processo de trabalho, brota um resultado que já tinha existência ideal” (MARX, 2002, p. 211). Essa premissa marxiana se expõe de forma prática em uma assertiva na qual Marx compara as execuções da aranha ao do tecelão e abelha ao do arquiteto, porém “o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo na sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já, desde o início, existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente” (MARX, 2002, p. 32). Engels (2013, p. 23) referenda essa premissa ao colocar que a influência do sujeito sobre a natureza “adquire um caráter de ação intencional e planejada, cujo fim é alcançar objetivos projetados de antemão”.

O trabalho é uma atividade que se distingue diametralmente dessas ações de abelhas e formigas exemplificadas por Marx, uma vez que nessas a execução é determinada puramente por leis biológicas herdadas pela espécie, em um continuum orquestrado sempre em mesmos padrões. Assim, a especificidade do humano deve-se “ao fato da atividade dos homens, ao contrário da dos animais, ser criadora” (LEONTIEV, 1980p. 44). Lessa e Tonet (2011) explicam que no sujeito a ação e o resultado do trabalho são sempre projetados-antecipados na consciência antes de serem efetivados na materialidade. Portanto, possuem a capacidade de idear (imaginar ideias) antes de objetivar (materializar). Desse modo, há no trabalho uma dimensão criadora, engendrada pela imaginação, na qual a pessoa cria a sua materialidade por meio de signos e instrumentos, alterando suas relações com natureza, consigo e com seus pares. Se “o animal se contenta com o desenvolvimento da natureza, o homem constrói a sua natureza (LEONTIEV, 1980, p. 270) por meio da imaginação e das capacidades de atuar com imagens mentais e de planejar idealmente o futuro.

Conclusões

Ao longo deste texto tentamos demonstrar que a configuração sociopolítica da Rússia após a Revolução Socialista de 1917, guiada pelos princípios do marxismo, fomentou significativas alterações nos âmbitos econômicos, sociais, artísticos e científicos. A efervescência de (re)fundação de um país apoiado nos ideais socialistas necessitava de uma psicologia alinhada aos compromissos do governo dos operários de instituir formas coletivas de produção e gestão. Dessa demanda, emerge a Teoria Histórico-Cultural, que tendo Vigotski como principal expoente, buscava fundar uma ciência antiburguesa capaz de explicar as especificidades do psiquismo pelas vias do método marxista do materialismo histórico-dialético.

Dessa forma a Teoria Histórico-Cultural, em gênese epistemológica e nos seus princípios filosóficos, é marxista por excelência, atrelando-se ao projeto revolucionário de uma sociedade socialista. Assim, qualquer tentativa de distanciamento ou apagamento das vinculações marxistas da Teoria Histórico-Cultural é esvaziada de sentido e parece associada as noções neoliberais de manutenção da sociedade capitalista. Partia do marxismo a tese, assumida nos estudos de Vigotski e seus colaboradores, da centralidade da categoria do trabalho social para explicar as bases da constituição do ser enquanto humano — ou seja, da gênese da atividade consciente na estruturação cultural do ser humano.

O trabalho social impulsionou o uso de ferramentas e signos e fez com que os sujeitos se libertassem do reino das determinações puramente orgânicas, conduzindo “a formação de novas funções a um comportamento novo (...) que denominamos convencionalmente de conduta superior” (VYGOTSKI, 2012, p. 35). Essas transformações podem ser exemplificadas como as atividades de atenção voluntária, memória lógica, formação de conceitos, imaginação criadora, etc.

A inclusão dessas operações simbólicas é o que possibilita a aparição de um campo psicológico de estruturação complexa e completamente novo, que se liberta das amarras situacionais do campo imediato-concreto e dirige-se para “o esboço do futuro e cria, portanto, uma ação livre, independente da situação imediata” (VYGOTSKI, 2017, p. 55). Através do trabalho, o sujeito torna-se capaz de concretizar um objetivo, que fora, anteriormente, projetado mentalmente. O processo de antepor a mente aquilo que se vai realizar na prática trouxe um salto significativo para o desenvolvimento psicológico. Ao

adquirir a capacidade de ideação o indivíduo passou a representar no pensamento os fenômenos do mundo que o cerca adquirindo a capacidade de criar meios técnicos (instrumentos) e simbólicos (signos) para agir sobre a natureza e objetivar sua existência. “A ação do homem, surgida durante o processo de desenvolvimento histórico-cultural do comportamento é uma ação livre, isso é, independente da necessidade vigente – que capta diretamente a situação –, uma ação orientada para o futuro” (VYGOTSKI, 2017, p. 93).

O defendido pela Teoria Histórico-Cultural apoiada no marxismo é que as capacidades e aptidões genuinamente humanas não são transmitidas unicamente pela genética, essa atua como um devir, permitindo que aquelas se formem durante o desenrolar da vida em um processo de apropriação da cultura desenvolvida por gerações anteriores. Nessa conjuntura, o “homem aprende a ser homem” (LEONTIEV, 1980, p. 47), pois aquilo que carrega como herança biológica não é plenamente suficiente para viver em sociedade. Na organização capitalista em que o lucro está acima das relações e que a base da sociabilidade se estrutura na exploração do indivíduo por outros sujeitos, a Teoria Histórico-Cultural revoluciona ao colocar a cooperação e solidariedade como princípios da existência psico-social dos humanos.

Referências

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo. (org.) **A dialética do trabalho: escritos de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 13-29.

HARARI, Yuval. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. Porto Alegre: L&PM, 2018.

LEONTIEV, Alexei. O homem e a cultura. In: ENGELS, Friedrich (et. al). **O papel da cultura nas ciências sociais**. Porto Alegre: Editorial Vila Martha, 1980. p. 37-72.

Lessa, Sergio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LESSA, Sérgio.; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LUCKÁS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LURIA, Alexander. **Curso de Psicologia Geral – Volume I – Introdução Evolucionista à Psicologia**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

LURIA, Alexander. Vigotskii. In: VIGOTSKI, Lev Semionovitch; LURIA, Alexander; LEONTIEV, Alexei. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 2012. p. 21-38.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política – Livro primeiro: o processo de produção do Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Vygotsky: aprendizagem e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 2010.

PETROVSKY, Alexis. A imaginação. In: LONGAREZI, Andréa; PUENTES, Roberto. **Ensino desenvolvimento – Antologia – Livro 01**. Uberlândia: EDUFU, 2017. p. 181-198.

PRESTES, Zoia Ribeiro. **Quando não é quase a mesma coisa: traduções de Lev Semionovitch Vigotski no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2012.

PINO, Angel. **As marcas do humano: às origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev. S. Vigotski**. São Paulo: Cortez, 2005.

PRESTES, Zoia Ribeiro; TUNES, Elizabeth. Lev Vigotski, a Revolução de Outubro e a questão judaica: o nascimento da teoria histórico-cultural no contexto revolucionário. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 29, p. 288-290, 2017.

SPINOZA, Baruch. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

TULESKI, Silvana Calvo. **Vygotski: a construção de uma psicologia marxista**. Maringá: Eduem, 2008.

ZANELLA, Andrea Vieira. **Vygotski: contexto, contribuições à psicologia e o conceito de zona de desenvolvimento proximal**. Itajaí: Univali, 2014.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **7 aulas de L. S. Vigotski sobre os fundamentos da pedologia**. Rio de Janeiro: e-papers, 2018.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores**. Ciudad de Habana: Editorial Científico Técnica, 1987.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Imaginação e criação na infância**. São Paulo: Editora Ática, 2009.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Teoria e método em Psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

YGOTSKY, Lev Semionovitch. **Obras Escogidas III – Problemas del desarrollo de la psique**. Madrid: Machado Libros, 2007.

YGOTSKY, Lev Semionovitch. **Obras Escogidas VI – Herencia científica**. Madrid: Machado Libros, 2017.

Notas

^IÉ comum encontrar na bibliografia nacional e internacional diversas grafias do nome Vigotski (Vigotski, Vygotsky, Vigotskii, Vigotskji, Vygotski, Vigotsky etc). Adotaremos a grafia Vigotski, por considerarmos, a partir dos estudos de Prestes (2010), a mais adequada na tradução do russo para o português, porém, preservaremos a grafia original das referenciais bibliográficas originais.

^{II} Nos textos vigotskianos se refere a ciência psicológica que refletia e referendava as relações burguesas hegemônicas.

^{III} A união inicial desses três teóricos ficou conhecida como Troika – que em russo designa um grupo composto por três componentes. De acordo com Luria (2012) a equipe era liderada por Vigotski e que o propósito da união era “criar um novo modo, mais abrangente, de estudar os processos psicológicos humanos” (p. 22). Luria (2012) explica: “reconhecendo as habilidades pouco comuns de Vigotskii, Leontiev e eu ficamos encantados quando se tornou possível incluí-lo em nosso grupo de trabalho, que chamávamos de troika” (p. 22).

^{IV} Responsável por levar a neonata psicologia wundtiana para Rússia, foi professor de filosofia e psicologia das Universidades de Kiev e diretor/fundador do Instituto de Psicologia da Universidade de Moscou. Aproximava-se dos princípios do positivismo e criticava ferrenhamente o materialismo e a introdução do marxismo na psicologia, sendo este o ponto de cisão com Kornilov – que o substitui na condução do Instituto.

Sobre os autores

Fabício Santos Dias de Abreu

Pedagogo, Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Doutorando em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Professor da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e do Centro Universitário Estácio de Brasília. E-mail: fabra201@gmail.com - Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-3055-5704>

Patrícia Lima Martins Pederiva

Musicista pela Universidade de Brasília (UnB), Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília, Doutora em Educação pela UnB. Professora da Universidade de Brasília. E-mail: pat.pederiva@gmail.com – Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-4434-6671>

Recebido em: 03/02/2022

Aceito para publicação em: 03/05/2022